

### **Ata de reunião ordinária – Conselho Gestor APA Costa Brava**

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, com primeira chamada as 19:17 horas, iniciou-se a reunião ordinária, com os presentes, conforme lista de presença anexa. Vinicius (AME) iniciou a reunião lendo a ata da última reunião ordinária, ocorrida em 03/07/2019, porém como a mesma é muito extensa foi definido que seria enviado via WhatsApp no grupo, e seria aprovado por esse canal. Maria Heloisa teve a palavra e falou que a Semam está fazendo a parte de avaliação do diagnóstico ambiental apresentado e ainda a parte de programas, juntamente com alguns membros do Conselho e o Planejamento está fazendo o zoneamento com os funcionários efetivos e também com alguns membros do conselho, disse ainda que houve um atraso na parte do zoneamento, pois eles nunca tinham tido acesso ao plano de manejo, então houve um atraso de umas três reuniões em comparação com a parte que o setor do Meio Ambiente está fazendo. Disse ainda que hoje será apresentado o que foi feito no diagnóstico, pois estão pegando o já existente, pois não temos tempo hábil para um novo plano de Manejo com uma avaliação mais criteriosa de documentos e materiais, então será trabalhado com o que já se tem, pois já existe um histórico de trabalhos, já foi apresentado, revisado, alterado e agora estão trabalhando em cima desse documento só com algumas sugestões porque isso acaba facilitado para uma aprovação mais rápida, a ideia é que a Ecolibra faça essas alterações, eles incorporem essas sugestões, caso a gente não consiga isso teremos que absorver esse material, esse documento, trabalhando em cima dele e transformando esse plano de Manejo naquilo que a gente acha ser apto para aprovação. A ideia é apresentar o trabalho finalizado desses dois grupos e depois repassar para o Conselho poder fazer a sua avaliação e aí trazer sugestões do que acha que deve ser alterado. Como a maioria já conhece aquele trabalho feito pelo Professo Poleti, fica mais fácil, apenas alguns pontos serão alterados, não será uma alteração tão drástica assim, no qual se precise ficar várias reuniões trabalhando, talvez tenhamos que agendar reuniões extraordinárias para cumprir o prazo desejado por todos e que se consiga ainda este ano aprovar o Plano de Manejo no Conselho. O objetivo é que a região da APA possa continuar trabalhando, pois estamos com todas as aprovações desta região paradas, MP cobrando essa aprovação do Plano de Manejo, então não se pode mais perder tempo, temos que trabalhar com a meta de finalizar ele até dezembro deste ano, então vocês verão que foi feito um comparativo do que estava no plano de manejo entregue pela Ecolibra e o que nós alteramos do diagnóstico, qual foi a sugestão de alteração. Como já dito foi usado o documento base apresentado pela Ecolibra, a parte de programas também já está bem avançada mas resolvemos não apresentar nesta reunião, uma vez que os planos e programas dependem das definições do zoneamento, então vamos esperar a equipe do zoneamento trabalhar e avançar mais para daí sim apresentar junto o diagnóstico, o zoneamento e os planos de programas sugeridos, o que foi feito nos planos e programas foi reduzir bastante aquilo que tinha sido apresentado pela Ecolibra, pois esse plano de manejo apresentado está querendo “abraçar o mundo” e isso não é a função de um plano de manejo, ele seguiu por um caminho que excede um pouco o que o plano de manejo tem que definir, ele precisava ser um documento bem mais resumido e bem mais consultivo do que um documento com tanta responsabilidade, pois parte daquela responsabilidade tem mais haver com um plano diretor do que com plano de manejo, então foi dado uma boa resumida nos planos e programas para ser mais objetivo e aí sim a partir sim do plano de manejo definido a gente começa a trabalhar em documentos secundários que complementam esse plano de manejo e é importante também destacar o seguinte, nós não vamos aprovar o melhor plano de manejo possível, nós vamos aprovar o plano de manejo possível, é o que temos agora, vamos ter que construí-lo ao longo do tempo, nós vamos ter que revisá-lo, porque a cidade é viva, a APA está viva e ela vai modificando com o tempo, então vamos ter que revisá-lo em curto prazo para que ele vá se adequando, então tem que aprovar o documento agora e a partir deste documento começar a revisar. Maria Heloisa passou a palavra a Eduarda da Secretaria do Meio Ambiente, que se apresentou aos membros do Conselho Gestor e falou que irá apresentar os trabalhos realizados solicitou a colaboração de todos para que as perguntas fossem feitas ao final, e citou quem fez parte da Comissão, sendo os Conselheiros da APA: Jaime, Oscar e Vinicius do IMA, e da SEMAM:

Camila (analista ambiental), Eduarda, Leandro (engenheiro civil), Maria Heloisa e Patrícia, a mesma informou que foi lido todo o documento (minuta de plano de manejo apresentada pela Ecolibra), e cada um trouxe nas reuniões o que achavam que deveria ser alterado, uma vez que estava confuso ou que tinha excesso de informações. Sendo assim, na parte de introdução lá no 1.4 "Área proposta para o Plano de Manejo APA Costa Brava", foi sugerido: Retirada da Praia de Laranjeiras para seguir o que a lei de criação da APA delimita e apresenta; Referente a incluir a Praia de Laranjeiras na APA, foi sugerido: Colocar nos planos, programas e projetos de gestão a inclusão de Laranjeiras e a Costa das Orquídeas, futuramente, na APA Costa Brava; com essa retirada da Praia de Laranjeiras muda todo o documento, já que o mesmo contempla essa região, ou seja, vai diminuir bastante o documento. O segundo ponto seria referente ao Conselho Gestor, que estava com a composição anterior, e então foi sugerido a atualização do Conselho para a composição atual, Decreto Municipal nr. 9162/2018; outro ponto seria referente ao Histórico, onde diz que a região está em risco de degradação atualmente, e os membros da Comissão reviram algumas fotos existentes no servidor da Secretaria e foi sugerido: inclusão de fotos de 1938 a 2000 mostrando que a área era utilizada para agricultura de subsistência e para isto foi degradada. Então existem as fotos aéreas que mostram como a área vem se regenerando comparando com esses anos então a comissão acrescentou essas fotos na parte histórica do estudo para ficar mais completa. Análise do diagnóstico, iniciando pelo item 7.1 Meio físico: Características climáticas; geologia, características hidrológicas e hidro geológica, como eles realizaram esse diagnóstico, foram utilizados dados secundários, ou seja, já existentes, mas também foram realizadas pesquisas a campo, visitas nos locais da região, utilização de drones e pesquisa com alguns moradores, então o que a Comissão resolveu alterar: referente ao item 7.1.3.5 – Deve-se levar em consideração áreas de risco já mapeadas pelo Município disponíveis em fontes como as Cartas Geotécnicas de Aptidão à urbanização frente aos Desastres Naturais desenvolvido pelo Ministério das Cidades, através da Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos em Parceria com a UFSC, e mapeamento disponível na Defesa Civil do Município, essa é a sugestão do grupo de trabalho para que esta parte fique mais completa. No item 7.1.4 que são as características hidrológicas e 7.1.5 caracterização hidro geológica o plano de manejo apontou que apesar do estudo classificar os copos hídricos e determinar as respectivas APPs, inclusive com dados primários e visitas técnicas, o plano previu na página 89 a possibilidade de flexibilização da caracterização mediante a realização de estudos específicos por profissional técnico especializado que comprove o contrário, quando houver dúvida caracterização. E a Comissão ficou bastante preocupada com isso, uma vez que a SEMAM também aprova projetos aqui na região e eles acharam que ficou um pouco vago e não caracterizou ao certo os recursos hídricos, então foi sugerido pela Comissão: que se faz necessário estabelecer no estudo o que seria esse estudo e qual a metodologia mínima para o laudo hidro geológico de caracterização de corpo hídrico, uma metodologia mínima para dizer se é curso de água ou não, e com isso o grupo se comprometeu em estudar e apresentar essa metodologia mínima, então eles estão trabalhando neste documento e nessa metodologia para apresentar para o grupo, que não sabem se isso entrará no plano ou se será uma resolução do Conselho do Meio Ambiente, até para todo o Município, não só pensando na APA, mas para preservar todos os recursos hídricos. Neste ponto Mauricio interrompeu e perguntou se ficaria em aberto. Maria Heloisa respondeu dizendo que se houver dúvidas, pois a região é irrigada por nascentes e cursos d'água, mas existem algumas áreas que há dúvidas se de fato é curso d'água ou não, onde houve dúvida e não houver um mapeamento claro já em várias cartas, documentos anteriores, você tem a possibilidade de apresentar um estudo, com um profissional assinando uma ART, e aí nós vamos decidir a metodologia mínima deste estudo para a identificação se é ou não um curso d'água ou se é uma drenagem natural, um talvegue ou algo assim, então isso passa a ser na aprovação do projeto, quando você apresentar um projeto de qualquer imóvel da área da APA, se houver dúvida de curso d'água no meio do imóvel, você apresenta um documento técnico para identificar se é uma curso d'água ou não. Mauricio perguntou se após apresentar se isso alteraria, pois já teve um caso desse no Conselho passado que ali em Taquarás fizeram um laudo e quiseram alterar e o Poleti não gostou. Maria Heloisa disse que é por isso que ela diz que a cidade é viva, o plano de manejo também

10

11

12

então nós vamos ter que criar um banco de dados desses estudos apresentados e ai depois se houver de fato um curso d'agua, uma dúvida, e os vários estudos forem comprovando que é ou não, a gente passa na revisão do plano de manejo a questão de reavaliar o curso hídrico apresentado. A grande maioria é curso d'agua, o problema é a identificação da nascente, o problema é a própria metodologia, não se tem hoje uma metodologia muito clara para identificação de um curso d'agua, tem que se achar a nascente e na maioria das vezes a nascente está lá topo do morro e ninguém chega nele, então não achou, não tem curso d'agua. Neste momento Mauricio deu exemplo que lá num loteamento, em uma época, foi caracterizado como curso d'agua e ela conhece bem a região e sabe que não se trata de curso d'agua e sim de talvegue, e foi um perito que deu um laudo falando que era curso d'agua. Maria Heloisa disse que assim como nós temos um onde a população se abastece desse curso d'agua e o perito disse que não é um curso d'agua, ou seja, a população se abastece, uma serie de famílias retirando agua dali e um perito está dizendo que não é um curso d'agua, então existem as duas possibilidades, nós só temos hoje dois profissionais que podem questionar um laudo desse, que é um engenheiro de minas ou um geólogo, então vai chegar um momento que qualquer órgão ambiental vai ter que aceitar ART emitida pelo profissional, se você tiver um profissional que possa contestar aquilo ali, você apresenta, caso contrário vale a ART e as consequências de ter classificado erradamente, então o profissional tem que ser profissional para fazer um estudo de fato, pois as duas possibilidades podem acontecer, assim como pode acontecer casos que temos mapeado o curso d'agua antigos do qual a interpraia modificou completamente. Mauricio teve a palavra e disse que esse que tem ai do Governo, tem muita coisa errada. Maria Heloisa disse que esses mapeamentos eles dão uma noção, mas a gente sabe que se constrói uma casa lá em cima do morro, pode mudar o fluxo d'agua, então não é uma matemática exata. Vinicius teve a palavra e disse que sugere também no item anterior, no 7.1.3.5 também colocar isso aí, pois existem casos que ele mesmo pegou e nessa carta da UFSC dizia que ele não podia construir, pois nessa carta ela interpola pontos distantes e traça uma linha reta, ela não pega umas nuances no meio. Maria Heloisa disse que ela traz a possibilidade de se construir, pois tem áreas que ela proíbe totalmente, que são as com maior declividade. Vinicius disse que no caso dele, ele provou e foi aprovado que ele poderia fazer, mas é interessante que conste isso (possibilidade de mudança por profissional habilitado) no plano de manejo. Maria Heloisa disse que o mapeamento que a APA vai trazer ele é macro, todos os casos, no caso da parte biótica também, você tem o mapeamento macro e quando você for aprovar o projeto no imóvel, por isso deverá ser feito o estudo, se houver questão dúvida no imóvel você vai apresentar os estudos para poder subsidiar. Mauricio então falou que deveria ser replicado o mesmo no item 7.1.3.5 pois as vezes se faz um estudo aqui, outro ali e dá uma declividade que é APP, e no meio tem um platô que não é. Maria Heloisa disse que sim. Eduarda retomou a palavra e disse que indo para o Maio Biótico (item 7.2) ele traz a Fauna, flora – biodiversidade terrestre e Flora – Biodiversidade Marinha e estuarina; Foram utilizados dados pretéritos, entrevistas com moradores e instalação de armadilhas para algumas espécies; foi constatado que: na fauna bentônica das praias e costões houve apenas citação de pouquíssimas espécies, tanto que o único siri que tinha foto estava com o nome científico errado; mudança de conceito de baixa biodiversidade causada por risco de degradação na atualidade para degradação pretérita. Neste ponto Maria Heloisa pediu para fazer um parênteses pois o estudo de fauna ele foi feito com uma amostragem muito reduzida para um plano de manejo, pois para qualquer estudo que se vai fazer hoje, o mínimo é ter a sazonalidade, com oito meses de estudo, para estudar as quatro estações do ano para poder ter um parâmetro de estudo, e uma das coisas que se percebeu no estudo foi sempre a ideia de que a área está sendo degradada, e não o contrário as fotos que temos de 1938, 1957, 1978, mostram que a área está em regeneração, é o contrário, vocês vão ver no estudo que em 1938 só tinha arvore no topo dos morros o restante era tudo mosaico de vegetação totalmente devastado, é assustador o que se vê nas fotos de 1938, pois era muito plantio, onde era areia não era plantado, então se vê claramente nessas fotos que não havia vegetação. Aí todo o diagnóstico foi feito dizendo que, primeiro tem baixa diversidade porque a área está sofrendo degradação, e na realidade tem baixa diversidade porque a área está em regeneração, não deu tempo ainda, nesse período de 70 para cá, para que as espécies viessem a ocupar

a área e tem a BR 101, então a área ela é isolada, para você trazer espécies de maior porte, uma biodiversidade maior tem que se dar tempo suficiente para isso acontecer, por isso a importância dos corredores ecológicos e nos planos e programas é que vão se trazer isso que se pode fazer para que a área possa ser ocupada com a possibilidade de manter-se áreas vegetadas para abrigo de fauna, então mudaram esse conceito do plano de manejo dizendo que a área está na realidade se regenerando e por isso a biodiversidade deve aumentar se tomarmos conta da área. Alexandre teve a palavra e disse tudo isso que a Maria Heloisa falou foi o que ele apontou no plano de manejo anterior, inclusive em relação a flora, o levantamento foi muito superficial por isso o mesmo pediu que fosse utilizado o espaço de ao menos 01 ano para estudo das plantas de baixo da terra, ou de seis em seis meses e o mesmo diz que ficou muita coisa de fora, ele apontou isso diversas vezes, bateu em cima. Mauricio teve a palavra e perguntou ao Alexandre se ele não forneceu o material, Alexandre disse que usaram dados do site da Universidade Federal. Mauricio falou para então o Alexandre fornecer agora. Maria Heloisa disse que tem alguma coisa do Alexandre, inclusive umas fotos. Alexandre respondeu que na época o mesmo entregou algum material, mas não foi o material inteiro que ele tem. Maria Heloisa disse que novamente a mesma situação, que vamos ter no plano de manejo uma visão macro da vegetação, mas o detalhamento vai acontecer em cada aprovação de projeto onde será solicitado estudo, onde houver supressão de vegetação, você tem que caracterizar a vegetação do local, será feito o inventário florístico para solicitar a supressão de vegetação, isso vai trazer informações para o Plano de Manejo para cada imóvel que vai ser avaliado, então será criado um banco de dados aumentando a informação do plano de manejo. Alexandre disse que apesar da área ser degradada ainda existem duas espécies novas e citou o nome científico de ambas. Maria Heloisa disse que se exige o inventário florístico, porém como não existia no plano de manejo, não estavam arquivando essas informações e agora podemos começar a fazer um banco de dados desse inventário e, depois, trabalhar no plano de manejo revendo esses documentos, inserindo isso como informação. Benvindo perguntou se vai ser um facilitador ou limitador, Maria Heloisa disse que será um facilitador pois imitador é a legislação, Benvindo deu um exemplo de uma área de mil metros quadrados, daí tem 5% que vai ser feita a construção, e lá aparece uma espécie que não se pode construir. Maria Heloisa disse que é muito difícil ter num estudo uma espécie ameaçada de extinção que impeça o uso da área, você vai criar alternativas para que aquela espécie ameaçada de extinção tenha condição de sobrevivência no local, então se tiver uma espécie de árvore ameaçada de extinção você não vai poder cortar aquela árvore, tem que adaptar o teu projeto para não cortar aquela árvore, espécies da fauna só se comprovar que é ameaçada de extinção endêmica e ameaçada no local, pois por exemplo: o palmito é ameaçado de extinção, mas não é ameaçado de extinção em SC, ele é bem farto em SC, então se tiver um pé de palmito no terreno pode cortar, inclusive sendo ameaçado de extinção, só vai ter que ter alternativas para aquela situação local, vai ter que fazer o manejo, compensações para o corte do mesmo. Então a mesma diz ainda que temos alguns ganhos no zoneamento para a vegetação, no plano de manejo. A legislação federal hoje em dia é mais permissiva em vários pontos, autoriza o corte de 70%, e citou o caso polêmico da autorização do corte no Bairro Estaleiro para estacionamento. Então a legislação Federal hoje e dia é mais permissiva que o Plano de Manejo deve ser, se queremos preservar a área devemos pensar nisso, na restrição com relação a vegetação para que a gente mantenha a possibilidade da recuperação da biodiversidade a manutenção dos corredores ecológicos então o plano de manejo tem que prever isso. As pessoas querem o desenvolvimento da área, mas querem manter a beleza cênica da região e a beleza cênica só vai ser mantida se a vegetação for preservada. Eduarda teve a palavra novamente com a sua apresentação, indo para a área de relevância ambiental o documento traz as APPs da APA, o plano de manejo apresentado aborda um levantamento e descrição das UC em um raio de aproximadamente 100 Km da APA Costa Brava, a Comissão achou isso um exagero e foi sugerido a retirada das descrições dessas UCs e apenas citá-las, a fim de buscar objetividade no documento; Abordar apenas as UCs mais próximas que encontram-se nos limites da APA Costa Brava: RPPN Normando Tedesco, Reserva da Vida Silvestre de Itapema e Costa das Orquídeas. Onde plano de Manejo fala das APPs de recurso hídrico, foi sugerido pela Comissão; Verificar a incidência de APP com relação ao disposto no inciso

IV do art. 119-C da Lei Estadual 14.675/2009; Caso não ocorra APP nos cursos d'água canalizados e valas de drenagem, ao menos manter a faixa *non aedificandi* de 15 metros previstos no inciso III do art. 4 da Lei Federal 6766/79, podendo ser instruído na APA regramento específico para manutenção de vegetação nativa nesta faixa bem como medida compensatória para cursos d'água canalizada irregularmente (sem licença ambiental). Maria Heloisa teve a palavra e disse que aqui a ideia é a seguinte: hoje não temos no município nenhum regramento, como outros municípios tem de área *non aedificandi* para essas faixas de talvegues, cursos d'água, essa drenagem pluvial. A drenagem pluvial ela não pode ser desconsiderada uma vez que você altera todo o regime hídrico do local se você começa a desconsiderar e tubular esses talvegues, então a ideia é manter o que está na legislação federal, que é 15 metros para cada lado desses talvegues e você dá segurança para a área mantendo o fluxo natural desses talvegues e você mantém a recarga do lençol e tudo mais, então criar essa faixa através de legislação municipal. Hoje em dia não existe legislação municipal a respeito disso. Mauricio disse que antes se permitia na consulta de viabilidade os 05 metros. Maria Heloisa disse que seria apenas um achismo, pois não existe em BC lei que fale sobre isso, e isso é muito ruim, pois o município hoje tem bastante problema com drenagem pluvial tubulada. Na lei fala apenas do recuo e aqui se sugere a vegetação, que mantenha a vegetação. Mauricio perguntou senão pode ser um pouco menos de vegetação, pois 15 metros a partir da lateral é muito, talvez deixar 6 ou 7 metros seria o suficiente, pois 15 metros as vezes se perde o terreno. Maria Heloisa disse que colocou: "podendo ser instruído na APA regramento específico para manutenção de vegetação nativa nesta faixa" então é um regramento que a APA pode colocar da possibilidade de manter a vegetação uma vez que a drenagem vai estar ali, uma vez que é uma área *non aedificandi* não se pode fazer nada na área, então sendo *non aedificandi* porque não manter a vegetação? Mauricio perguntou e se não tem a vegetação por exemplo? E Maria Heloisa respondeu que pode deixar recompor. Mauricio falou sobre os 15 metros, que seria muito. Maria Heloisa disse que a 6766 já prevê isso, que não existe regramento Municipal, mas a federal já diz sobre os 15 metros. Mauricio disse que uma coisa é o curso d'água, que 30 metros vai ser o padrão aqui na APA, mas se passa apenas um filete de água de 30 cm quando chove dá um 1 metro e daí ter que deixar 30 metros, ele acha isso um absurdo, e porque deixar 15? Ele acha que a partir do curso d'água se deixaria 6 ou 7. No Estaleiro está cheio de lugares que foi feito apenas 5 metros. Maria Heloisa disse que tem que se pensar daqui para frente, não se pode continuar errando porque no passado isso foi autorizado. Eduarda corroborou falando que agora tem o MP para controlar. A lei 6766 já existe, só não está sendo levada a rigor. Vinicius disse que entendendo o que o Mauricio está falando, que concorda em ser *non aedificandi*, mas que poderia agregar nesta área um gramado, um quintal, pois já vai reduzir naquela área o espaço construtivo, aí se pode usar como um gramadinho, um quintal, um paisagismo, uma horta ou algo nesse sentido, vai agregar valor e vai cumprir a função que necessita. Alex teve a palavra e disse que a Prefeitura deixou lotear, a pessoa está pagando IPTU e agora não pode construir em virtude desse recuo, que o lote não serve para nada. Maria Heloisa disse que existe uma Lei Municipal que as pessoas podem pedir redução de IPTU em algumas áreas, e que esse lote já não servia em 1965. Alex disse que o Município aprovou o loteamento. Maria Heloisa disse que a Lei é Federal e que foi um erro dos dois lados, de quem aprovou e de quem comprou. Mauricio disse que a parte inteligente das coisas é usar o Meio Ambiente pela sua função, pelas funções que são necessárias e não porque é 15, 20 ou 30 metros, ainda disse que a área é *non aedificandi* mas se continuar rocando tem gramado até a beira, que se pode colocar uns cabritos para comer, mas deixar só uns seis ou sete metros e aí se faz uma recomposição daquela mata, pois estaria cumprindo a função, não está deixando construir nos 15m, mas está deixando a vegetação só nos seis sete metros. Eduarda teve novamente a palavra e voltou a apresentação onde no plano de manejo apresentado fala das APPs de topo de morro: deve ser enfatizado que os cálculos foram realizados com baixa precisão (curva de nível 20 em 20m), bem como para as APPs de declividade – que é o próximo item - Apps de encostas ou declividades acima de 45° - Inclusão do disposto no Decreto Estadual 14250-81 (talvez como um item a parte da proteção dos promontórios), considerando por este decreto como Áreas de Proteção Especial (art. 42). Mauricio perguntou se está dizendo então que tem promontórios então, Maria Heloisa

respondeu que sim, tem promontórios, Mauricio disse que há controvérsias, Maria Heloisa reafirmou que sim, há promontórios na APA, a questão é a seguinte o que esse artigo diz é que você não pode, numa faixa de 2.000 metros, numa linha de 2 mil metros da ponta mais avançada no mar, você não pode fazer corte raso de vegetação, e a mesma acha que todo mundo concorda que se tirar a vegetação desses promontórios eles perdem a função paisagística, que é o que transforma essa área na sua beleza natural. Mauricio disse que não tem nenhum que tem 2.000 metros aqui na região. Maria Heloisa disse que isso quem diz é a Legislação Estadual, que é o que o IMA usa para autorizar coisas que, teoricamente, a lei Federal não seria autorizado, essa mesma legislação diz que não pode fazer pedreiras nesses pontos ou qualquer coisa que degrade o Meio Ambiente e fala ainda que você não pode construir edifícios, mas o parágrafo único diz que se a legislação municipal permitir aí se pode construir, ou seja, no mesmo artigo ele se contradiz. Dois pontos mais importantes ali é que ele está impedindo o corte raso da vegetação, corte raso é cortar tudo, para fazer uma obra terá que encaixar essa obra dentro da vegetação, cortando algumas arvores e não outras, você não vai poder cortar todas. Não fala em nada em porcentagem, ou seja, vai ter que encaixar na vegetação existente. Mauricio deu a sugestão de aqui determinar os percentuais nos costões, por exemplo até 30 por cento nos costões. Maria Heloisa disse que a ideia é que se restrinja, que o plano de manejo diz que ao menos 50% da vegetação tem que ficar no terreno, não pode ser mexido, o atual plano não trata de taxa de permeabilidade, trata de taxa de cobertura vegetal, essa taxa de cobertura vegetal teria que ser respeitada, ela é mais restritiva do que a Lei Federal que fala em 70%, então estaríamos preservando 50% de toda a vegetação existente hoje na APA, e isso é um ganho enorme para a região. E então, o que não se poderia fazer nesse promontório, é cortar raso uma área de 50% e utilizar aquela área toda do promontório, você vai ter que encaixar, no teu inventário florístico tem que identificar a vegetação de estágio inicial naquele mosaico, vai cortar aquelas e vai ter que encaixar o projeto, um exemplo são aquelas pousadas onde existe uma árvore no meio da sacada. Usar os promontórios para fazer empreendimentos de hospedagem, mas fazer ele encaixado no meio da floresta, e não com corte raso, essa seria a ideia. Mauricio disse que se preocupa com essa questão de 2.000 metros, que a única talvez seria a ponta do Lobo, e falou que ali em Governador Celso Ramos, que tentaram fazer um resort lá e a procuradora de Florianópolis veio com essa história de promontório. Maria Heloisa disse que lá havia um decreto Federal que impedia qualquer uso. Mauricio disse que então eles ganharam a ação, que lá é 30 vezes maior que a Ponta do Lobo, e que não era promontório, isso foi o julgado. Maria Heloisa disse que vão copiar para o plano de manejo, não o texto da Lei na íntegra, pois ele mesmo é confuso, mas a ideia é de não poder fazer corte raso nos promontórios nem pedreiras. Mauricio disse que, por exemplo aquele costão do Estaleiro, ou de Taquaras que são maiores, ali vocês estão considerando que seria promontório? Maria Heloisa respondeu que estão considerando o que está a princípio no zoneamento do plano de manejo. Vinicius disse que no zoneamento não estão usando isso como promontório, mas sim como área de preservação especial, Maria Heloisa complementou: com alguns usos que já foram previstos. Vinicius disse que não estão usando o termo promontório no zoneamento e sim como zonas. Mauricio disse que então teria que fazer um estudo e caracterizar o que seria promontório ou fazer um regramento especial para os costões, e não levar para essa linha dos promontórios. Maria Heloisa disse que quem vai definir isso é o zoneamento e a princípio estão apenas definindo como zona e que esse cinturão verde que abraça a praia é o que faz ela bonita e essas áreas, não importa o nome, não queremos corte raso e vegetação nem pedreiras, esse tipo de situação. Vinicius então sugeriu que seja retirado a palavra promontórios. Eduarda voltou com a apresentação, falando da análise do diagnóstico: 7.4 Meio Socioeconômico: aspectos econômicos, aspectos socioculturais, infraestrutura urbana, saneamento básico, turismo demografia e caracterização da ocupação. A Comissão percebeu que quando ele traz essa análise socioeconômico ele não cita os conflitos existentes na Praia do Pinho, que foi bem discutido no Projeto Orla, então foi sugerido para acrescentar esses problemas existentes, pois no plano apresentado trata como se fosse uma área maravilhosa, e ali existe alguns problemas. Referente ao saneamento, esse mudou um pouco desde a construção do plano, então foi colocado como uma sugestão até para a próxima revisão do plano, pois se for alterar agora vai dar muito

que se deve dizer são as zonas, nessa zona dos costões não pode isso, e que o ideal é se incentivar essas atividades. Lilian disse que essas questões são atividades relacionadas a ancestralidade, então não é que pode qualquer coisa, isso precede um outro estudo que vem da antropologia e sociologia do local, as comunidades tradicionais tem um território onde acontecem as manifestações culturais, então uma coisa é a questão do patrimônio material, das tradições, um momento histórico disso, não é a mesma coisa que colocar na mesma linha da produção orgânica, é um pouco mais específico, a questão do patrimônio mesmo que é a parte da antropologia. Uma coisa muito importante que se vê é que o que não pode, o pescador ter o seu direito impedido, pois ele é um agente cultural importante, inclusive para a sustentabilidade, e na manutenção dessa paisagem cênica e ele não pode ter uma instalação de luz, um bujão de gás para passar a noite em vigília e não tem uma ligação de luz para ter uma outra condição de ter um fogão elétrico e o restaurante do lado, que era um rancho, tem, e tem banheiro. Maria Heloisa, com a palavra, disse que essa condição especial é uma coisa que tem sido muito discutido na SEMAM pois o SPU fala uma coisa e escreve outra, o documento da SPU diz que eles tiverem banheiro eles perdem o direito ao rancho de pesca, o documento deles diz isso, eles passam a atribuição para o Município, mas o próprio documento deles diz isso. Essa é a área do União, a gestão de Praias deixa bem claro, mas isso está sendo estudado e provavelmente isso será repassado aos Municípios, enquanto o SPU não der fato, a gestão dessas áreas e a possibilidade dessas autorizações a SEMAM não pode ir contra um documento da SPU e Maria Heloisa diz ser solidária com os pescadores pois é uma situação complicada. Referente a luz existe uma decisão judicial que a Celesc não pode fazer ligação em área de APP, cabe ao Meio Ambiente apenas dizer se a área é APP ou não, e a Secretaria não pode dizer que restinga não é APP, cabe a Celesc decidir se é área pública ou não, se pode fazer essas ligações ou não. A intenção é colocar no zoneamento essa questão como de interesse público ou interesse social. Otavio teve a palavra e fez a seguinte pergunta: "dentro da APA quais são as áreas de APP?". Maria Heloisa respondeu que APP quem define é a legislação Federal através do Código Florestal, que são: topo de morro, declividade acima de 45 graus, cursos d'água em faixa de 30, 50 ou 100 metros e a vegetação nas restingas e afixadoras de dunas, ficando claro que vegetação de restinga não é APP, somente a vegetação nas restingas. Otavio ainda com a palavra perguntou sobre o mapa da APA, que ele saiba o mapa não tem coordenadas UTM, e será feito por quem? E foi respondida pelo Vinicius: na realidade já se tem a área geral, só não está georreferenciada, mas o planejamento tem todo o georreferenciamento de todo o município, então será jogado uma coisa em cima da outra e vai ser definido bem certo as linhas, mas atualmente não tem mesmo, mas na realidade está quase, pois já sobrepuseram o desenho, as manchas no geoprocessamento da Prefeitura, então hoje se usa o desenho que a Ecolibra forneceu nessa sobreposição. E Otavio perguntou se será o divisor de águas, Maria Heloisa respondeu que na lei se fala em divisor de águas e não se pode fugir dela, a Lei de criação da APA é divisor de águas. Mauricio perguntou se sobre essa questão plano de manejo do Poletí, na nossa região não tem topo de morro. Maria Heloisa respondeu que na nossa legislação municipal já se define isso através das ZANs. Vinicius disse que essa é uma questão estão em discussão no zoneamento, o plano diretor determina a ZANII a partir da cota 25, e entraram nessa discussão. O plano de manejo está abaixo na hierarquia do Plano diretor ou sobrepõe o plano diretor? Alguns dizem que o Conselho tem que passar pela Câmara de Vereadores e outros dizem que não. Maria Heloisa disse que vamos trabalhar de modo a finalizar o plano de manejo em dezembro pois queremos que o plano diretor absorva as definições do plano de manejo então essa é a ideia, o plano diretor já vai ser adaptado com a ideia do plano de manejo, por isso mais um dos motivos que ser quer em dezembro já estar com o plano de manejo aprovado, pois o plano diretor está sendo discutido só que eles acham que até dezembro eles não finalizam, então se nós finalizarmos antes eles conseguem abraçar o plano de manejo e aí a gente tem força total na legislação, pois o plano diretor e plano de manejo terão o mesmo zoneamento, para não haver o que há hoje, essa diferença. Mas o plano diretor atual já diz que quem define as regras para essa região é o plano de manejo. Mauricio disse que desde 2006, na época do Auri, eles tinham acordado com as Associações de Moradores, que não seria mexido nisso no plano diretor e sim no plano de manejo, só que em 2008 eles fizeram algumas alterações, duas alterações, uma era

instituir a cota 100 como área *non aedificandi* e aumentaram o recuo da interpraia que é um absurdo, 19 metros do eixo da rodovia, 14 + 5 como *non aedificandi*, mais calçadas, enquanto deveria se trazer as construções para perto da rodovia, para se criar atrativos, ter segurança. Maria Heloisa disse que isso seria em uma via estabelecida e aqui tem que se prever a possibilidade de duplicação dessa rodovia. Mauricio disse isso é um absurdo, prever a duplicação de uma rodovia que teve que se criar uma APA, olha os danos que tiveram nos morros, e foi criado essa APA por causa da rodovia, agora pensa se tive que duplicar, ali nos morros do Estaleiro e Estaleirinho, ou em todos os morros, isso não vai acontecer, e se tem uma baixa densidade que não se justificaria isso. Vinicius disse que o que se está estudando são novas vias mais para o interior e para criar centralidade nos bairros. Mauricio disse ainda que sobre essa centralidade, que se afasta as construções das rodovias, fica uma rua deserta. Maria Heloisa começou o próximo item que seria definir o calendário, a ideia é que se consiga apresentar no dia nove de outubro o resultado final dos dois grupos de trabalho, e não se conseguiria em apenas um dia apresentar todo o trabalho, então dia nove teria apresentação nesses moldes de hoje, como as alterações que foram feitas em cima do plano de manejo feito pela Ecolibra e disponibilizar esse documento para todos os conselheiros poderem fazer análise e aí a ideia seria um mês depois no dia seis de novembro a gente fazer mais uma extraordinária para trazer as discussões finais e daí se vocês sentirem a necessidade a gente pode fazer talvez alguns grupos de trabalho separados com grupo mais amplo para discutir entre o dia nove de outubro e o dia seis de novembro. Maria Heloisa entende que é mais produtivo se cada um levar o produto para ler todas as alterações. Pois se está fazendo as alterações em cima do próprio plano de manejo apresentado, daquele modo que se risca uma frase e se escreve outra, então todos verão como estava e como ficou. Seria produtivo assim do que ficar discutindo aqui. Mauricio então perguntou se em novembro a gente viria com todas as alterações e a gente fará reunião semanal até acontecer isso? Maria Heloisa disse que dia nove se faz apresentação das alterações, se disponibilizaria o documento para leitura, se dá um mês para todos lerem, ou se daria quinze dias e teria uma reunião extraordinária para ver possibilidade de se criar sub-grupos de trabalho para discutir alguns itens. Mauricio disse que acha que poderia ser apenas quinze dias pois quem vai ler, vai ler, e tem gente que nem vai passar o olho nesse negócio, e se o diagnóstico já está pronto que se disponibilize já. Maria Heloisa disse que precisa que o zoneamento finalize a parte deles. Mauricio perguntou como está o zoneamento, Vinicius disse que espera que até o dia nove de outubro esteja pronto e possa ser apresentado. Então no dia nove se apresenta o zoneamento e Vinicius perguntou e quando a gente terá o documento final feito pela Ecolibra? Maria Heloisa disse que nove de outubro se apresenta as alterações que foram feitas, assim como fizemos hoje, e o foco maior obviamente vai ser o zoneamento, neste dia se disponibiliza o documento para leitura e se marca uma reunião extraordinária no dia trinta de outubro novamente e até esse dia tem tempo todos de lerem o documento e nessa outra extraordinária nós definimos com o grupo do conselho gestor e com algumas pessoas da Prefeitura que puderem participar, pois as grandes alterações já foram feitas, aí se define um pequeno grupo de conselheiros e teoricamente teremos tempo, mas o ideal seria que os grupos de trabalhos fechassem até dia vinte de novembro. Mauricio acha que até o dia trinta de outubro já se tem tudo definido, o mesmo ainda acha que o material já deveria ser disponibilizado para o pessoal dar uma lida e o diagnóstico já fica meio resolvido, o que vai ficar polêmico, se for, é o zoneamento. Vinicius deu uma breve pincelada de como estão fazendo o zoneamento. Foi colocado em votação sobre as reuniões extraordinárias: sendo dias nove e trinta de outubro – foi aprovada por unanimidade por todos os presentes. Maria Heloisa fez um apelo a todos: a região não ganha se não tiver um plano de manejo aprovado, então saiam daqui hoje com a ideia de que não vai ser o melhor mas vai ser o que se pode aprovar e as pessoas vão ter que abrir mão de alguma coisa, alguns não vão gostar outros vão achar bom, a ideia é propor uma revisão em não mais que cinco anos. A ideia seria aprovar a plano até o dia quatro de dezembro mas antes uma audiência pública, consultiva e não deliberativa, na Câmara de Vereadores, para aprovação, no dia nove de novembro será marcada a data dessa audiência pública. Vinicius perguntou se alguém mais tem alguma questão, Benvindo teve a palavra e perguntou se não existe nenhuma possibilidade, de que como Balneário Camboriú usa o espaço aéreo



para construções para fazer compensações, não existe a possibilidade de isso acontecer aqui, para aquisição das áreas. Mauricio disse que acha que isso poderia sim que o plano de manejo do Poletti cita isso. Maria Heloisa disse que isso seria TPC, e que isso não seria interessante para o Município, pois dá possibilidade do proprietário disputar com o município a venda de TPC. Fizeram algo parecido em Curitiba e ficou a sugestão para que seja feita no local. Maria Heloisa deu a sugestão de TPA, como fizeram em Bombinhas. Neste caso teria que haver a criação de um fundo e esse dinheiro ficar para a região, e para a questão de outorga a ideia também seria a mesma, a criação de um fundo gerenciado pelo Poder Público e pelo Conselho Gestor da APA, a fim de trazer a infraestrutura necessária para cá. Vinicius disse que a proteção Pública é muito deficitária e a proteção privada é o ideal, por isso que estão conversando sobre a questão dos promontórios, de dar uso justamente para aquela área ser protegida, inclusive na parte dos morros. Após isso, Otavio teve a palavra e falou sobre umas invasões acontecidas no local próximo de sua propriedade, citando essas invasões como um grande problema social, que ou se ordena para que os proprietários possam usar ou vai virar invasão, uma coisa é certa, os morros serão ocupados, ou pelo proprietário ou por invasões. Alguns deram suas opiniões sobre ocupações e invasões. As 21:08 horas foi encerrada a reunião. Eu, Adriana Fonseca Paulo de Souza a digitei.

Paulo Henrique

Adriana

Adriana

Vinicius

Mauricio

Maria Heloisa







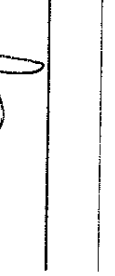

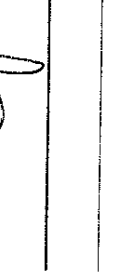

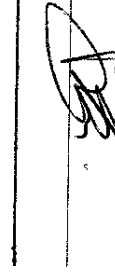
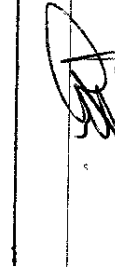
João Luiz de Souza

Dirceu


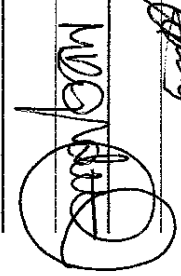
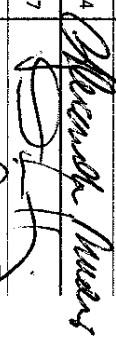

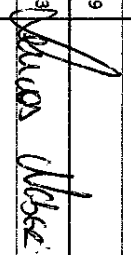
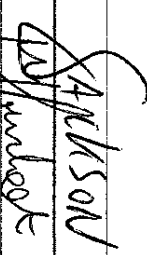
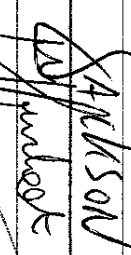

OSB/X 26847

# REUNIÃO ORDINÁRIA

04/09/2019

ENTIDADE	CARGO	CONSELHEIRO	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	
ACIBALC	titular	Paulo Juneck	paulojuneck@gmail.com	47 99757-003	
ACIBALC	suplente	Fernando Assant	executivo@acibalc.com.br	47 999240394	
AOCEANO	titular	João Thadeu de Menezes	jthadeu@gmail.com	47 991880808	
AOCEANO	suplente	Fernando Diehl	fdiehl@terra.com.br	47 988054691	
ASSOCIAÇÃO DA PRAIA DO PINHO	titular	Adriana Fonseca Paulo de Souza	adriana@imoveisfonseca.com	47 996085942	
ASSOCIAÇÃO DA PRAIA DO PINHO	suplente	Djan Dinis de Souza	djdin@yahoo.com.br	47 999793700	
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO ESTALEIRO	titular	Vinicius de Castro Oliveira	vinitus@gmail.com	47 999479062	
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO ESTALEIRO	suplente	Sueli Kreitzer	sueli13bc@hotmail.com	47 999196764	
ASSOCIAÇÃO ESTALEIRINHO	titular	Felipe Manoel Rosa	segredosdooceano@hotmail.com	47 996061562	
ASSOCIAÇÃO ESTALEIRINHO	suplente	Carlos Eduardo Ferreira	carloseduardoferreira.adv@gmail.com	47 999686898	
ASSOCIAÇÃO TAQUARAS	titular	Marcelo Peixoto	contato@quintaldomar.com.br	47 988030730	
ASSOCIAÇÃO TAQUARAS	suplente	Jair Euforzino	0	47 991644933	
AVANTIS	titular	<del>deborah baumgartner</del> Bernardo Weimer	<del>deborah.baumgartner</del> bernardo@avantis.edu.br	47 988543414	
AVANTIS	suplente	Luciana Moser	luciana.moser@avantis.edu.br	0	
BOMBEIROS MILITARES	titular	Rodrigo Shardong	13_1cmt@dbm.sc.gov.br	47 992509050	
BOMBEIROS MILITARES	suplente	Anderson Alves Izidoro	23_1sgt@dbm.sc.gov.br	0	
CEPSUL - ICMIBIO	titular	Jayne Machado Cabral	jayne.cabral@icmbio.gov.br	47 999789904	
CEPSUL - ICMIBIO	suplente	Felipe Farias Albarez	felipe.albarez@icmbio.gov.br	47 991018374	
COLÔNIA DE PESCADORES Z-7	titular	Valdeir Manoel da Silva	coloniadespescadores-z7@hotmail.com	47 996803723	
COLÔNIA DE PESCADORES Z-7	suplente	Pedro Francisco Rodrigues	0	0	
COMITÊ DA BACIA DO RIO CAMBORIÚ	titular	Enio Faqueti	eniofaqueti@gmail.com	47 991311750	
COMITÊ DA BACIA DO RIO CAMBORIÚ	suplente	Antonio Carlos Mesquita Leite	anschau@epagri.sc.gov.br	47 33986230	
CRECI	titular	Pedro Paulo da Silveira Severo	pedroimoveisbc@gmail.com	47 991967759	
CRECI	suplente	José Maurício Girolamo	mauriciovendas@terra.com.br	47 984040777	
EMASA	titular	Thiago Brondani	thiago.br@emasa.com.br	47 999345551	
EMASA	suplente	Merielen Leal dos Santos	merielen.s@emasa.com.br	47 996990019	

-deborah baumgartner  
@avantis-edu  
47 9928218

FUNDAÇÃO CULTURAL	titular	Lilian Martins	lilianmartins@culturabc.com.br	47	991934030	
FUNDAÇÃO CULTURAL	suplente	Ingrid de Castro Rosa	0	0	0	
ICCO	titular	Marcia Regina Gonçalves Achutti	m.achutti@terra.com.br	47	999706665	
ICCO	suplente	João Santo Gervasio	iccoadministracao@terra.com.br	0	0	
IDEIA	titular	Fausto Alvarez	0	0	0	
IDEIA	suplente	Alexandre da Silva de Medeiros	alexandremedelrosbico1or40@gmail.com	47	991674514	
IMA	titular	Vinicius Ferretti	viniciusferretti@ma.sc.gov.br	47	999788407	
IMA	suplente	Daniel Fossa da Paz	0	47	996164764	
OAB	titular	Mario Clivati Neto	marioclvati@hotmail.com	47	999957282	
OAB	suplente	Ana Clara Souza Carr Pinheiro	anacarracarri@gmail.com	47	999120551	
POLICIA MILITAR AMBIENTAL	titular	Eduardo Cáceres Miotto	pmabalneariocmi@pm.sc.gov.br	47	33985975	
POLICIA MILITAR AMBIENTAL	suplente	Jurema Klarovicz	pmabalneariosetec@pm.sc.gov.br	47	996774400	
QUILOMBOLA	titular	Sueli M. Teodoro	sueliteodoro@gmail.com	47	984824725	
QUILOMBOLA	suplente	Anderson Berluzzo	0	0	0	
SECRETARIA DE OBRAS	titular	Osmar de Souza Nunes	mazoca1951@gmail.com	47	999837572	
SECRETARIA DE OBRAS	suplente	Roberto Pereira de Farias	robertopereiradefaria@hotmail.com	47	996589999	
SECRETARIA DE TURISMO	titular	Eduardo Reman Iba	eduardo.iba@bc.sc.gov.br	47	999772303	
SECRETARIA DE TURISMO	suplente	João Carlos Rebelo da Cunha	joao.carlos@bc.sc.gov.br	47	996362121	
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO	titular	Adeltraud Zoschke Schiappo	gabineite.planejamentourbano@bc.sc.gov.br	47	999836038	
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO	suplente	Jackson R. Vieira	0	0	0	
SEMAM	titular	Maria Heloisa B.C. Furtado Lenzi	diretorambiental.semam@bc.sc.gov.br	47	999773815	
SEMAM	suplente	Carin Dorow	0	47	999773389	
SINDUSCON	titular	Alex Haacke	alex@haacke.com.br	47	999289174	
SINDUSCON	suplente	Robson Cassol	contato@sindusconbc.com.br	47	999270924	
THAQUARINHAS INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	titular	José Gustavo de Oliveira	0	0	0	
THAQUARINHAS INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	suplente	Nelson Ney da Rocha Queiroz	nn.queiroz@uol.com.br	47	988215004	
UNIVALI	titular	Oscar Benigno Iza	oscar@univall.br	47	999254647	

Lucas Weber

